

Editorial

Novos tempos, velhos desafios

Marcelo Lopes de Souza

Os tempos mudaram para o Brasil e, também, para **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política**, nestes quatro anos desde que esta última teve seu primeiro número publicado. Por outro lado, certos desafios permanecem, ainda que não da mesma maneira de antes, sob o ângulo dos conflitos e das lutas ecológico-sociais (em sentido amplo) em nosso país, os quais têm sido o verdadeiro centro das atenções de nosso periódico, como veículo científico e simultaneamente engajado socialmente que é.

AMBIENTES teve seu número inaugural vindo à luz em junho de 2019, mais de dois anos após a criação da rede de pesquisadores que lhe deu origem e que é responsável por sua publicação. Vivíamos, naquele momento, a rápida ascensão e atemorizante consolidação da conjuntura reacionária do bolsonarismo. Uma das expressões-símbolo do retrocesso político ocorreu pouco menos de um ano depois, com a tristemente famosa formulação do então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, em meio a uma reunião ministerial em abril de 2020, quando ele propôs que se “passasse a boiada” – vale dizer, que o governo aproveitasse que a população brasileira e a imprensa estavam ocupadas demais com a pandemia para se revogar e enfraquecer dispositivos legais, esvaziar órgãos de estudos, gestão e fiscalização (como o ICMBio e o IBAMA) e debilitar instâncias participativas (a exemplo do CONAMA). O corolário não haveria de ser outro que não, como de fato foi, o de aplainar o terreno para a rapina ambiental e a violência contra povos originários e populações tradicionais.

Em meados de 2023, o primeiro número do quinto volume de **AMBIENTES** sai publicado no contexto de outra conjuntura política, inicialmente saudada por muitas pessoas no Brasil e no exterior com bastante otimismo ou, pelo menos, grande alívio. O que mudou para a nossa revista e para o nosso país, desde o início desse suposto “novo tempo”?

Para a revista, institucionalmente, a primeira novidade é que o autor deste editorial, após deixar a coordenação da RP-G(S)A, assumida em janeiro deste ano por Thiago Roniere Rebouças Tavares (UERJ), sentiu-se à vontade para assumir formalmente uma posição na Coordenação Editorial (ao lado de Luciano Candiottto, que permanecerá desempenhando esse papel, agora não mais sozinho). Apesar de eu ter proposto a criação da revista já em 2017, sugerindo inclusive seu nome, achei por bem não acumular a coordenação da RP-G(S)A com a Coordenação Editorial. Assim, muito embora a revista tenha sempre contado com a minha colaboração, assumindo diversas funções e tarefas independentemente de reconhecimento formal, a partir do presente número ela passa a ter, oficialmente, dois editores. A cooperação entre Luciano Candiottto e eu, visando à continuidade e à qualidade de **AMBIENTES**, se renova e se fortalece desse modo. Ao longo dos últimos quatro anos, aliás, a revista amadureceu e se robusteceu: a abertura para com as contribuições preciosas de colegas da América “Latina”/Abya Yala se ampliou, como se pode ver muito bem por este número; novas seções foram incorporadas (com destaque para a seção intitulada “Direto da luta”, que traz depoimentos curtos de ativistas); os dossiês temáticos se tornaram frequentes. A despeito dos reveses para a ciência brasileira e para o país em geral, os últimos quatro anos testemunharam o papel de **AMBIENTES** como uma trincheira intelectual cada vez mais autoconfiante.

Para o Brasil, em contraste, as notícias não têm sido nada alvissareiras. O alívio representado pela superação da conjuntura da “passagem da boiada” se tem mostrado fugaz, dissipando-se gradualmente ao se constatarem os sérios limites da atual conjuntura nacional, versão particular de um quadro mundial preocupante. Se durante a conjuntura política dos mandatos de Lula e Dilma nas duas primeiras décadas do novo

século o “progressismo” neodesenvolvimentista já mostrara várias e graves debilidades e limitações (da simbólica hidroelétrica Belo Monte à malfadada reforma do Código Florestal, passando por tantos outros problemas e fontes de desapontamento), não seria agora que haveríamos de poder almejar grandes conquistas. A situação atual é ainda menos favorável que a de vinte anos atrás, quer economicamente (com o “boom das commodities” sendo coisa de um passado que já nos parece remoto), quer politicamente (com um governo de coalizão com figurino centrista ou mesmo de centro-direita, apesar das políticas compensatórias e dos adornos identitários, e um Congresso predominantemente de direita, acoossando e chantageando o Executivo federal). Só nos primeiros seis meses do governo “Lula 3”, diversos fatos tristes e preocupantes apontam nitidamente a tendência geral. Três exemplos haverão de ser suficientes para ilustrar o ponto:

■ Com o beneplácito da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), instância multidisciplinar de assessoramento do Governo Federal e da qual fazem parte representantes de vários ministérios, o trigo transgênico HB4, cujos prováveis malefícios à saúde humana e animal têm sido subestimados ou ignorados pelo governo, teve a liberação de seu plantio aprovada em 1º de março, a despeito de alertas e protestos de estudiosos e organizações da sociedade civil.

■ Ainda em março, no dia 30, a Câmara dos Deputados aprovou uma Medida Provisória que, inicialmente, tratava somente da prorrogação do prazo para que proprietários rurais aderissem ao Programa de Regularização Ambiental (PRA), mas foi consideravelmente piorada ao incluir, por pressão ruralista, regras que afrouxavam ainda mais as proteções à Mata Atlântica, bioma brasileiro mais degradado de todos. Muito embora essa MP fosse parte da “herança maldita” do governo de Jair Bolsonaro (enviada ao Congresso no apagar das luzes de seu mandato, em 26 de dezembro de 2022), o endosso de uma versão piorada pelos deputados se deu na esteira de um acordo entre partidos conservadores e o PT. Entre outros descabros, a MP propôs acabar com a exigência de providências compensatórias no caso da supressão de vegetação fora de Áreas de Preservação Permanente (APPs) e eliminar a necessidade de estudo prévio de impacto ambiental. Felizmente, o Senado reviu os aspectos mais controversos; porém, em seguida, a Câmara ignorou o Senado, em uma mostra de renitentes conservadorismo e

servilismo perante os interesses ruralistas. Em 6 de junho, por fim, o Governo Federal sancionou, com alguns vetos, a Lei 14.595/2023, conseguindo assim reverter o essencial do estrago, mas escancarando o flanco desguarnecido: até que ponto conseguiria um governo refém das circunstâncias e de suas contradições resistir a forças antissociais e antiecológicas, remanescentes de um passado recente que insiste em permanecer vivo?

■ Para quem ainda tinha dúvidas, estas se dissiparam entre o fim de maio e o início de junho. Um dia após a aprovação pelos deputados, em 30 de maio, do infame “Marco Temporal”, que cassa direitos essenciais dos povos originários, o Congresso aprovou uma medida provisória que reestruturou os ministérios de Lula, desidratando dois ministérios de importância estratégica e simbólica: o do Meio Ambiente e Mudança do Clima, chefiado por Marina Silva, e o dos Povos Indígenas, tendo à frente Sônia Guajajara. A reestruturação retirou a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) do ministério de Marina, e o governo, temendo derrotas ainda maiores, se acovardou e recuou. Pior: vários parlamentares governistas e até ministros passaram a apoiar, contra uma decisão do IBAMA (que contou com o pleno suporte de Marina Silva), o controvertidíssimo projeto de ampliação da exploração de petróleo na foz do Amazonas.

Oscilações, tibieza, contradições, ambiguidades, oportunismo e cinismo. Diante de todo esse panorama, não é outra a conclusão que se impõe: a luta ecossocial continua! (Pois, no fundo, 2022 é um ano que ainda não terminou por completo.)



O presente número de **AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política** traz oito artigos sobre temas variados, uma entrevista, um depoimento (que inaugura a seção denominada “Direto da luta”), uma resenha e, também pela primeira vez, um obituário.

O artigo “Economización del ambiente en el ordenamiento territorial de los bosques nativos de Argentina: La emergencia de un Estado ordenador neoliberal”, de **María Paula Ávila Castro**, busca caracterizar o instrumento ambiental de ordenamento territorial das florestas nativas vigente na Argentina (e, mais especificamente, na

província de Córdoba), destacando o tipo de “racionalidade” que representa. A qual, como a autora nos informa, é uma “racionalidade” marcadamente neoliberal, em sintonia com um discurso produtivista – que, na Argentina e em qualquer lugar, tende a trazer nefastas consequências sob o ângulo socioecológico.

Segue-se, ao artigo da supracitada colega, o trabalho intitulado “Agronegócio e a extrema-direita bolsonarista: Simbiose que engendra e amplia a barbárie socioambiental no Brasil”, da autoria de **Warllen Torres Nannini**. No decorrer de uma espécie de “crônica” do descalabro que vivemos entre 2019 e 2022, o autor retrata o agronegócio como um setor econômico complexo, ao mesmo tempo em que, por outro lado, “suas principais entidades patronais se apresentam como um partido político monolítico, organizado e bem articulado quando o assunto é a defesa de interesses do setor”. No decorrer dos últimos anos, o agronegócio se consolidou como umas das principais bases de sustentação da extrema-direita bolsonarista, conforme Warllen mostra. Circunstância que, segundo ele argumenta, “expande e aprofunda as desigualdades sociais e a degradação ambiental no Brasil”.

10

Em seguida, com o foco transitando do agronegócio para os problemas urbanos, o leitor encontra o artigo “Ecologia Política e conflitos distributivos: Questão urbana e commodificação da água”, de **Roberto de Sousa Miranda**. Roberto procura analisar a incorporação da questão urbana e da commodificação da água nas agendas de pesquisa da Ecologia Política. Ele faz isso com base em uma revisão bibliográfica que, ainda que não seja exaustiva (e nem poderia ser, no contexto de um único artigo: a complexidade dessa tarefa não deve nunca ser subestimada), não deixa de trazer subsídios relevantes para o público leitor brasileiro.

Um dos artigos seguramente mais estimulantes do presente número é aquele assinado por **Sara Akemi Ponce Otuki, Rafael Gustavo Rigolon e Carlos Frankl Sperber**, intitulado “Devolutiva científica e interação entre cientistas e sociedade pela percepção de moradores de localidade atingida pelo rompimento da Barragem de Fundão, Mariana (MG)”. A assim chamada “devolutiva científica” trata do retorno dos resultados de

pesquisas aos participantes das nossas investigações empíricas (pessoas que entrevistamos e nas quais geramos expectativas, além de tomar-lhes tempo muitas vezes precioso), com o fito de promover uma democratização desses resultados. Porém, questões básicas permanecem em aberto (e certamente permanecerão): qual a melhor e mais efetiva maneira de fazer isso? Que cuidados devem ser tomados? O artigo em tela pretende refletir sobre como têm ocorrido as interações entre pesquisadores e moradores (com destaque para a “devolutiva”) em uma área marcada por graves conflitos ambientais, afetada pela tragédia do rompimento da barragem de Fundão, em Minas Gerais: as localidades de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, Mariana e Barra Longa (conquanto os resultados apresentados e discutidos sejam, mais particularmente, os concernentes a Bento Rodrigues).

O próximo artigo é mais uma contribuição do conceituado e prolífico historiador ambiental **Arthur Soffiati**, que, além de já ter publicado anteriormente em nossa revista, nos prestigiou com aquela que foi nossa primeira entrevista, já no primeiro número. Sua “Breve história das relações das sociedades com os manguezais no Brasil” é uma concisa, mas sensível e eloquente incursão em uma temática que deveria nos interessar muito e cada vez mais, em face da destruição a que vêm sendo impiedosamente submetidos os manguezais em nosso país, com reflexos dramáticos para as populações tradicionais que dependem diretamente desse ecossistema – mas com prejuízos ecológico-sociais que vão bem mais além.

“O aquanegócio dos pescados no Brasil e os reflexos para as comunidades pesqueiras tradicionais” é o título do oportuno artigo de **Larissa Tavares Moreno**. Sendo um dos setores de produção de alimentos de origem animal que mais crescem no mundo, a aquicultura, assim nos diz Larissa, em sua “versão industrial ou também denominada empresarial, assim como outras formas de produção e cultivo intensivo, causam impactos negativos ao ambiente e podem ocasionar conflitos sociais”. O Brasil não constitui qualquer exceção quanto a isso.

A arquiteta peruana **Sharo Evangelina Lopez Javier**, doutoranda em Geografia, nos brinda com uma provocativa reflexão sobre “La producción de las ciudades de sacrificio en la Amazonia peruana: El caso de la “Nueva Ciudad de Belén”, Iquitos, Perú”, em meio à qual ela dialoga, de maneira instigante, com a problemática das chamadas “zonas de sacrificio”. O Peru é um país em que várias novas cidades foram criadas desde o século XX, geralmente ligadas a atividades extrativas como a mineração e a extração de petróleo. A “Nueva Ciudad de Belén”, em Iquitos, é uma delas. Inspirada no conceito de *zona de sacrificio*, e utilizando os aportes da Ecologia Política e da Geografia Ambiental, a nos mostra que a população busca sobreviver, por meio de estratégias de resistência e sobrevivência, em condições de severo sofrimento ambiental.

Fechando a seção de artigos, temos, finalmente, o ensaio de **Lucas Ramos de Matos**, “Ecologia Política e movimentos sociais contemporâneos: Reapropriação social da terra, dos territórios e da natureza”. Participando de uma discussão que, nas palavras do autor, “visa a contribuir com as abordagens sobre o processo de ecologização das lutas sociais contemporâneas”, o artigo de Lucas passa em revista conceitos fundamentais, como *metabolismo social* e *acumulação primitiva*, com vistas a salientar os nexos existentes entre o pensamento marxista e o debate ecológico. Seu lastro empírico, embebido em diálogos interdisciplinares e horizontais de conhecimentos, se alimenta das experiências práticas de resistência camponesa em meio aos movimentos sociais de luta pela terra (e pela Terra), por território e por reapropriação social da natureza, como contraponto à crise ambiental provocada pelo modo de produção capitalista.

Além dos referidos artigos, este número de **AMBIENTES** apresenta, como já foi adiantado, com uma entrevista e dois novos tipos de seção, além de uma resenha. A entrevista, sob o título “La imaginación sociológica frente a la cuestión socioambiental. Conflictividad ambiental, acción colectiva y juridificación”, foi conduzida pelo colega chileno **Francisco Astudillo Pizarro** junto à socióloga argentina **Gabriela Merlinsky**, cujos importantes trabalhos no âmbito da Ecologia Política a têm aproximado da Geografia e dos geógrafos – não por acaso, ela é membro do Conselho Científico de nossa revista.

Doutora em Ciências Sociais e pesquisadora do CONICET (*Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas* – instituição mais ou menos equivalente ao CNPq no Brasil), Gabriela é também pesquisadora do *Instituto de Investigaciones Gino Germani* da *Facultad de Ciencias Sociales* da Universidade de Buenos Aires (UBA). Além de sua notável produção acadêmica e atuação como pesquisadora, Gabriela tem tido grande relevância como professora e orientadora, colaborando para formar novos talentos interessados na pesquisa ambiental crítica. Por último, mas não com menor ênfase, ela tem sido, também, uma intelectual com notável participação em debates que envolvem injustiça ambiental e temas correlatos. Agradecemos a Francisco pela honra de termos essa entrevista com Gabriela Merlinsky neste número de **AMBIENTES**.

“Janete Rosane Fabro: Uma mulher agricultora, agrônoma e militante da agroecologia” é o depoimento colhido por **Luciano Candiottto** junto a **Janete Fabro**, militante agroecológica cuja vida tem sido um exemplo de persistência e coerência. O depoimento de Janete Fabro é, acreditamos, uma fonte de inspiração para todos aqueles que acreditam na agroecologia como uma alternativa econômica e de vida ao agronegócio e à rapina ambiental.

Para encerrar, duas contribuições do ecossocioeconomista **Armando de Melo Lisboa**. Foge à praxe de **AMBIENTES** publicar, em um único número, mais de um texto de um mesmo autor. Entretanto, há exceções que se justificam, e é esse justamente o caso com as duas contribuições de Armando. Após nos brindar com uma bela resenha do livro *Uma casa no mundo: Memórias*, de **Amartya Sen** (à qual Armando deu o título de “Amartya Sen: Uma vida interligando civilizações”), o autor nos oferece um tributo a outro ecossocioeconomista cujo compromisso com a dimensão emancipatória da ecologia foi (como tem sido o dele próprio) visceral: **Paulo Freire Vieira**. Paulo nos deixou fisicamente em fins de 2022, fazendo de todos nós intelectualmente um pouco órfãos. Não obstante, ele nos deixa um crucial legado, que precisa permanecer vivo entre nós: suas ideias e o exemplo de seu engajamento. Quem melhor que Armando Lisboa, amigo próximo e colega da UFSC, para prestar a homenagem contida no obituário “Paulo Freire

Vieira (1946-2022), ‘Pelé’ da UFSC: *Flashes* de um socioeconomista”? Por fim, além de publicar o tributo prestado por Armando, este número de **AMBIENTES** é, muito merecidamente, dedicado à memória de Paulo Vieira – cuja lucidez e cuja coragem já fazem falta em um mundo em que essas virtudes têm andado tão escassas.



Uma última palavrinha. Ao público leitor atento decerto não escapará a grande diversidade de tratamentos que se plasma no conjunto de artigos (e outros textos) que ora trazemos, heterogêneos entre si no estilo e no conteúdo teórico-conceitual. **AMBIENTES** se orgulha, na qualidade de plataforma de expressão de uma Geografia Ambiental e de uma Ecologia Política socialmente críticas e inconformistas, de não ser um mero veículo de uma “frente ampla” gelatinosa (e quiçá oportunista), disposta a ignorar divergências em nome de consensos artificiais e despolitizadores (“estamos todos no mesmo barco, afinal de contas...”). Tampouco e muito menos, entretanto, desejamos cultivar sectarismos e divisionismos dentro do campo crítico/radical. Auxiliar a construir pontes entre diferentes segmentos do pensamento contestatário, desafiando as “bolhas” ensimesmadas – eis a nossa meta, sempre renovada.